

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS (IAB)

Comissão de Direito da Integração
Comissão de Direito Constitucional

Indicação nº: 080/2019

Indicante: Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna

Relatora: Elian Araujo

Ementa: Política Externa do Governo Federal no ano de 2019 em relação à América do Sul. Análise da Constitucionalidade e da repercussão das Medidas adotadas no âmbito tradição do Itamaraty após a redemocratização do Brasil (1985).

Palavras-Chave: Política Externa. Governo Federal. Constitucionalidade. América do Sul.

PARECER

A INDICAÇÃO

A presente indicação, apresentada pelo presidente da Comissão de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros, Dr. Sérgio Sant'Anna tem por objetivo a análise da Constitucionalidade e da repercussão das Medidas adotadas pelo atual governo federal, Chefe do Estado e da República Federativa do Brasil, sobre aspectos jurídicos relacionados Política Externa com base nos seguintes termos:

“No dia 1º de janeiro de 2019, tomou posse o Presidente Jair Bolsonaro (PSL) quatro anos como Chefe de Estado e de Governo da República Federativa do Brasil. Sua eleição, na prática, trouxe uma realidade nova para este país na medida em que sua posição política de extrema-direita e sua agenda econômica ultra neoliberal, tendo o Ministro Paulo Guedes à frente, implicou em algumas agendas que foram sendo priorizadas e implementadas ao longo desse primeiro ano de mandato, tendo como características serem radicalmente opostas ao que estava sendo implementado nos últimos mandatos, em especial de 2003 a 2015. Uma das questões mais polêmicas vem sendo a política externa adotada pelo governo. O atual Governo, ao optar por ser aliado incondicional dos Estados Unidos, passou a ter uma postura de enfrentamento aos países vizinhos com agenda de

matriz desenvolvimentista e em Defesa da atuação do Estado na elaboração de políticas públicas. Já se posicionou de forma incisiva em relação à Venezuela, Bolívia, Argentina, Chile e, Uruguai, seja em relação aos Presidentes, aos processos eleitorais e outras questões de natureza intema, seja em pronunciamentos oficiais ou através de manifestações nos espaços integracionistas como Mercosul, Unasul, OEA, etc.

A Constituição Federal de 1988 tem previsão clara em relação aos princípios e fundamentos do Brasil em relação aos povos da América Latina, além da tradição do Itamaraty de tentar contribuir através da solução pacífica dos conflitos, da não intervenção e do respeito à autodeterminação dos povos, tendo propiciado que o Brasil tivesse se credenciado como um *player* e mediador que alcançou o reconhecimento de sua liderança regional. Com base na atual postura agressiva e direcionada junto aos países da América do Sul, entendo como relevante que a Comissão de Direito da Integração e de Direito Constitucional possam fazer um estudo mais detalhado sobre este primeiro ano de mandato à luz da previsão constitucional e da tradição do Ministério das Relações Exteriores em relação à América do Sul, no âmbito do processo de integração regional.”

Para a realização desse parecer, dividiremos em duas partes: (parte I) O Brasil e sua política externa em relação à América do sul à luz da previsão constitucional no primeiro ano de mandato do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 A 2020) e (parte II) O ministério das relações exteriores em relação à América do sul, no âmbito do processo de integração regional no período.

PARTE 1:

DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO FEDERAL NO ANO DE 2019 À LUZ DA CONSTITUIÇÃO

Neste primeiro ponto da Consulta do Parecer tem como objeto a Análise da Constitucionalidade e da repercussão das Medidas adotadas no âmbito da tradição do Itamaraty após a redemocratização do Brasil (1985). É objetivo do parecer apresentar em síntese a história da política externa brasileira e comparar a efetiva influência das medidas adotadas pelo atual governo.

Preliminarmente, cabe destacar que o Brasil é reconhecido por sua política externa de continuidade, pragmática e de possuir uma diplomacia institucionalizada e de desenvolvimento (até 2019).

No decorrer da história do Brasil, isto é, desde a independência nacional em 1822, aos regimes militares e a democratização, em um primeiro panorama a política externa brasileira serviu internacionalmente à paz entre os povos, com exceção de um período entre 1850 e 1870.

Podemos considerar que a Política externa brasileira alterna entre dois preceitos: o primeiro com base na necessidade e conveniência de alinhamento com os Estados Unidos e o segundo com base em uma política exterior mais independente cujo objetivo é diversificar as relações do país e obter espaços de maior autonomia.

As bases da política externa nacional foram estabelecidas pelo considerado patrono da diplomacia brasileira, José Maria da Silva Paranhos Junior, mais conhecido como *Barão de Rio Branco*. Foi Ministro das Relações Exteriores no período de 1902 a 1912.

Seu maior legado foi a resolução pacífica das disputas fronteiriças dos países vizinhos e a tradição do pragmatismo diplomático. Para o Barão de Rio Branco, estreitar relações com os Estados Unidos seria determinante à influência do Brasil na América do Sul a fim deste exercer um papel estabilizador e hegemônico, semelhante ao dos Estados Unidos no norte, porém de forma pacífica e sem intervenções militares. Concomitantemente, uma aliança com os Estados Unidos ajudaria refrear os anseios imperialistas europeus sobre a Amazônia.

Um segundo panorama da política externa brasileira surge a partir dos anos 1960, a denominada política externa independente desenhada pelos Chanceleres Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Afonso Arinos de Mello Franco e João Augusto de Araújo Castro. Defendiam a diversificação das relações internacionais para ampliar os espaços de autonomia e negociar livremente, evitando os alinhamentos com países ou blocos econômicos, especialmente com os Estados Unidos. Significa dizer, buscar a multiplicação de parceiros no sistema internacional e atuação isenta de compromissos ideológicos.

No final da década de 1970, surge um terceiro panorama com Chanceler Antonio Azeredo da Silveira, autor do “pragmatismo responsável”, defendia a necessidade de uma política externa mais universal, de aproximação dos países do então Terceiro Mundo, África, Ásia e América Latina, todavia sem temer confronto com os Estados Unidos. Sem dúvida, nesse momento a política externa sofre críticas criticada por ser ambiciosa, egoísta e defensiva em dois aspectos: primeiro, porque nessa ocasião preferiu olhar e se

relacionar mais com a América do norte, alinhando-se especialmente com os Estados Unidos ao invés de se dedicar com seu espaço de influência natural e geopolítica ao sul; e segundo, porque a política externa e sua estratégia de integração regional vinha sendo utilizada como um meio, e não como um fim, para alcançar ou proteger seus interesses nacionais políticos, econômicos e de segurança.

Como se verifica, desde os primeiros anos de independência brasileira e durante o regime militar (1964 a 1985), o Brasil tinha suas relações inclinadas para os Estados Unidos. Contudo, essa relação unilateral não foi ideológica, caso contrário, se aproximaria a esse país era conveniente para os desejos de sobrevivência e de se expandir. As aspirações hegemônicas geraram por um tempo receio e desconfiança dos países vizinhos, uma percepção que se protraiu até a reconfiguração da nova ordem mundial, nas décadas de 1980 e 1990, que impulsionou o Brasil a aproximação regional, e além disso esmerou sua imagem passando de um paradigma de conflito para um paradigma de cooperação, conduzindo a uma posição de liderança regional ao erguer as bases da integração com o Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991.

Nessa perspectiva foi se delineando o êxito brasileiro de inserção regional, o fim da ditadura militar, a redemocratização, a adoção de um novo e ativo papel internacional, o advento de novas ideias e enfoques políticos, diplomáticos e sociais, moldaram o rumo da política externa brasileira. A aproximação com os Estados Unidos era indispensável, assim como a diversidade comercial, eram prioridades que não podiam ser dispensadas para a região da América do Sul e América Latina. A história tinha lecionado ao Brasil que não era necessário ter animosidade com esse país(EUA) para assumir posições mais autônomas ou para diversificar as relações.

O Governo Bolsonaro e a política externa no Primeiro ano de Mandato (2019 a 2020)

Ao tomar posse em 1º de janeiro de 2019, como Chefe de Estado e de Governo da República Federativa do Brasil, o Presidente Jair Bolsonaro (PSL), atualmente sem partido, trouxe um discurso conservador e de ultra direita. Vestiu de inquietude os setores sociais e políticos internos e a intranquilidade foi despertada regionalmente e no mundo.

A nível nacional, uma das maiores preocupações da política externa atual, volta-se para a transformação ideológica e de objetivos singulares, cujas prioridades transgridem

a tradição, a história diplomática e quebrantam as bases e os princípios da política externa brasileira.

No âmbito internacional, os discursos de campanha do atual Presidente da República, soaram como alerta sobre o perigo que sua vitória eleitoral significava, como uma reorientação abrupta da participação brasileira nas instituições regionais criadas pela soberania sul-americana nos anos 2003-2016, a revisão das relações com a China e com os países árabes, a ruptura com a política de colaboração Sul-Sul e de um distanciamento das instituições multilaterais do Mercosul.

No campo institucional brasileiro, desde 1889 o responsável pela política externa é Ministério de Relações Exteriores. Desde seus primórdios, a formação, a visão e as atividades do Itamaraty foram influenciadas pelas lições *Barão de Rio Branco*. Visão que atribuiu ao serviço diplomático coerência, profissionalismo e continuidade histórica, destarte como certa autonomia e imunidade diante das mudanças políticas e de governo ocorridos ao longo da história brasileira, peculiar ao Ministério das Relações Exteriores e que não alcança aos demais ministérios ou agência governamental.

Na década de 1990, a política externa brasileira se redefiniu, e no afã de estar bem com o mundo, o Brasil decidiu estar primeiro com seus vizinhos. Assim o país reforçou alinhamento no âmbito bilateral e regional (Cuba, Argentina, e Mercosul, a Cúpula Ibero-Americana, a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, dentre outros). Nessa atitude independente e ativa no sistema internacional, o Brasil se baseou no princípio da integração regional. Deste modo, construiria com os Estados Unidos uma agenda positiva que lhe outorgaria credibilidade internacional. Assim, buscou conciliar diferenças e implementar mecanismos de ação conjunta e diversificação das relações, inclusive comerciais visando os continentes africano, asiático e europeu.

A diversificação das relações internacionais, a participação regional e os processos de integração da América do Sul, demonstra um Brasil ciente de uma maior vocação internacional e de consolidar sua imagem no mundo. Este foi o ângulo que predominou durante os governos antecederam ao golpe de 2016, quando assumiu Michel Temer a presidência do Brasil.

A agenda externa nos primeiros meses do mandato Presidencial, demonstrou uma política externa mais afinada ao campo bilateral, regional e internacional. Durante a posse, vetou convites para líderes de “regimes que violam as liberdades de seus povos”,

como Cuba e Venezuela, mas ao longo do seu primeiro ano se aproximou da monarquia absolutista e fundamentalista da Arábia Saudita. Sua Primeira visita aos Estados Unidos, distanciando da tradição diplomática nacional que a visita se inicia com país vizinho, Argentina. Os objetivos da primeira visita aos EUA, foram comerciais, militares e ideológicos. Sua segunda visita foi ao Chile, para participar do Encontro de Presidentes do Fórum para o Progresso de América da Sul (Prosul), uma iniciativa convergente as figuras de direita e a que o Presidente Bolsonaro apoia em detrimento da provável extinção da União das Nações Sul Americanas. O Presidente Jair Bolsonaro não compareceu na posse de Alberto Fernández como presidente da Argentina e de Cristina Kirchner como vice. Durante o processo eleitoral, fez publicamente, reiteradas críticas ao candidato Fernández, o que destoa da tradição brasileira de se manter neutro nas disputas eleitorais dos países vizinhos e como prevê a Constituição Brasileira Art. 4º, inc. I .

Seguindo a proposta bilateral, O Presidente Bolsonaro se reuniu com premiê Benjamin Netanyahu e em seguida visitou o país para negociar acordos na ciência e tecnologia, defesa, segurança pública, aviação, saúde e medicina. Seguidamente, o Chefe de Governo abriu uma embaixada diplomática em Jerusalém, como uma extensão da embaixada de Tel Aviv. Não obstante, não determinou uma data para mudança da embaixada brasileira para Jerusalém.

O Presidente Bolsonaro em sua oposição ao multilateralismo, cumpriu sua promessa de se retirar do pacto sobre migração. O Brasil rompeu uma tradição de 27 anos e deixou de votar a favor de uma resolução anual das Nações Unidas que condena o embargo americano a Cuba.

Quanto a ONU e ao Acordo de Paris, moderou seus argumentos e optou pela permanência. No espaço regional, também atenuou suas opiniões a OEA e no Mercosul, acelerou mudanças como a modernização e abertura do mecanismo. O mais agravante foi a não conclusão das negociações de um acordo de livre comércio com a União Europeia, instrumento que retornou a paralisação quando da manifestação de oposição por parte dos produtores agropecuários e grupos ambientalistas de diversos países europeus, principalmente da França¹. Somado a este obstáculo estão os incêndios na Amazônia brasileira e as disputas com Alemanha e França a respeito do desmatamento e a permanência do país do Acordo de Paris, assinado oficialmente no período 2015 até 2017, ratificado pelo Congresso Nacional em setembro de 2016. E outros fóruns como os

¹ <https://www.politize.com.br/acordo-mercosul-uniao-europeia/> consulta 21/04/21

BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China Sul da África), realizado em 14/11/2019, Bolsonaro afirmou que as economias emergentes são importantes para vitalidade da economia global, mas não deixou de destacar que o foco de sua política externa está voltado para o Brasil.

As relações comerciais, a retórica hostil com a China também oscila entre confrontação e o desejo de aumentar o comércio. Isto apesar de que entre suas primeiras visitas esteve no Japão, Coreia do Sul e Taiwan.

Por outro lado, enquanto o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia permanece paralisado, no mês setembro de 2019 o Brasil iniciou negociações de acordo comercial similar com os Estados Unidos² com intenção de avançar com México.

Em 2020 a Presidência do Brasil frente a gravíssima crise viral da Covid-19, permaneceu com seus ataques sequenciais à Organização Mundial de Saúde que revelaram seu desrespeito à ciência, às vidas humanas, ignorou a convocatória de cooperação internacional relacionados a prevenção, diagnóstico e tratamento da Covid-19, acompanhando os EUA que afirmou não ter interesse de participar da iniciativa. O presidente também minimizou repetidas vezes a pandemia, classificando a covid-19 como uma "gripezinha", inclusive num pronunciamento polêmico que gerou ondas de condenação.

Merece destacar que as ações no primeiro mandato do governo Bolsonaro segundo Fernando Roberto Almeida(2021)³ aparecem seriamente desalinhadas, não apenas quanto ao relacionamento na região, oscilando de indiferença à hostilidade, mas, também, em termos de avaliações sensatas sobre os acontecimentos no cenário global. Afinal, se, até os anos 1990, era necessário, em todas as ações de política externa, levar em conta as relações com os tradicionais parceiros internacionais, vale dizer, especialmente, EUA e potências europeias, no século XXI, a República Popular da China também precisa ser considerada. A região da Ásia, com destaque para ela, é a principal parceira das exportações e importações do bloco. Ainda não foram consolidados os dados de 2020, sabendo-se que houve recuos no comércio internacional (com consolidação das posições chinesas), mas em 2019, a Ásia foi o destino de 48% das exportações

²<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/conheca-os-principais-acordos-vigentes-entre-brasil-e-eua> - consulta 21/04/21

³ Carta Fórum Universitário do Mercosul (FoMerco) em 02/02/2021 - Professor do Departamento e do Programa de Estudos da Defesa e Segurança do Instituto de Estudos Estratégicos, da Universidade Federal Fluminense.

mercosulinas e respondeu por 42% das importações. Fora da Ásia, para todos os Estados membros, foram destaques, evidentemente os EUA, seguidos sempre pela Alemanha e Holanda.

A recuperação econômica e a estabilidade político-social definirão o lastro tanto interno como externo da gestão do governo de Bolsonaro.

Da Previsão constitucional

A Constituição Federal de 1988, estabeleceu uma nova agenda cujos temas não podem deixar de serem observados, entre estes o que se refere ao âmbito regional e internacional. As bases da política externa brasileira estão previstas no artigo 4º da Constituição, ali estão elencando os 10 princípios básicos das relações internacionais: independência nacional; defesa de dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, e concessão do asilo político.

O Parágrafo único do Art. 4º da Constituição da República, estabelece que Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina. É um mandamento relativo à integração dos povos e comunidade latino-americana de nações. Tal mandamento representou a matriz constitucional ensejadora do Mercosul. No dizer do mestre José Afonso da Silva(2005)⁴, o referido enunciado representa o fundamento ensejador da construção de uma comunidade latino-americana de nações e não somente de Estados, pois o que se almeja além da integração regional, é a comunhão de ações nas esferas econômica, política, social e cultural dos povos latino-americanos.

As políticas de saúde também foram severamente afetadas pela forma inidônea do Presidente Jair Bolsonaro. Promoveu em 2020 a desarticulação do Sistema Único de Saúde (SUS), que já vinha sendo posta em prática desde o primeiro ano de sua gestão. Ocorre que com a pandemia da COVID-19, o desprezo do atual governo na proteção à saúde da população se revelou. Viabilizou campanhas opostas ao distanciamento social recomendado pela Organização Mundial da Saúde como modo mais eficaz de conter o avanço da doença. Isto é, diante da grave crise de saúde pública da história nacional e do planeta, o Presidente da República, de forma inconsequente, variou entre o

⁴ Comentário Contextual à Constituição Ed. Malheiros, 2005, SP, p.53

negacionismo, o descaso e a trapaça assumida das políticas de prevenção e atenção à saúde dos cidadãos brasileiros. Estorvou recursos destinados à finalidade de combater o vírus, além de instigar a população a medicar-se com fármacos como a hidroxicloroquina, sem eficácia comprovada cientificamente no enfrentamento da COVID-19, procurando omitir dados que demonstram a gravidade assoladora da pandemia tornando o Brasil em epicentro de contaminação atualmente com mais de 400 mil mortes⁵. O Governo Federal também cerceou a compra de vacina e insumos que cominou na investigação das ações e omissões com a abertura de inquérito pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em abril de 2021.⁶

A postura do governo brasileiro está marcada pelos prejuízos à política exterior. Sua abdicação da soberania nacional em nome de interesses, em especial, do governo estadunidense, vem sendo considerado uma ameaça global por diversas lideranças internacionais de países responsáveis que nutrem paradigmas de convivência civilizada.

O presidente atua com agressividade e descaso contra atores, países, lideranças e povos, indígena, quilombolas, como também desmoraliza instituições internacionais, tal como ocorrido com a Organização Mundial da Saúde (OMS) durante a pandemia da COVID-19. Em consequência, o Brasil vem disputando entraves na obtenção de acordos bilaterais e multilaterais, além de padecer com a suspensão de compras de produtos nacionais por outros países.

Os posicionamentos em contrariedade ao mando constitucional de cooperação para a paz entre as nações, vêm se tornando habituais, como as ameaças públicas de conflitos com países soberanos ocorrido com a Venezuela e do desrespeito à autodeterminação dos povos dramático caso da Palestina.

As condutas do Presidente são atentatórias contra a existência da União, o livre exercício dos poderes da República, os direitos políticos, individuais e sociais, além da segurança interna do país, a probidade da administração. Deve ser responsabilizado. Em um ano de mandato o Presidente foi alvo de 37 acusações perante instâncias internacionais⁷

⁵<https://covid.saude.gov.br/> - dados atualizados 14/05/2021

⁶ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid>

⁷ <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/certas-palavras/bolsonaro-denuncias/>

PARTE 2:

DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Em janeiro de 2019 foi nomeado como Ministro das Relações Exteriores do Brasil o chanceler Ernesto Henrique Fraga Araújo, sua notoriedade no meio diplomático se deu por intermédio de publicações nos cadernos semestrais de Política Exterior da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Expressava seu conservadorismo diante do que denominou de globalismo, demonstrava sua proximidade com o americanismo e os ideários norte-americano Trumpistas. Em seu discurso de posse⁸ de acordo o Chanceler Araújo, o globalismo “se constitui no ódio, através de várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano.”

É possível perceber um certo repúdio defendido pelos Presidente da República e Ministro das Relações Exteriores à ordem internacional, às suas regras e fervorosos críticos aos avanços logrados por minorias populacionais em seus países respectivamente. Uma reverência subordinatória aos EUA.

A chancelaria do atual Governo Federal, vêm expondo de forma explícita ações que contrariam o mandamento constitucional da convivência entre as nações Hermanas, pela invocação do unilateralismo comprometido com a destruição e deslegitimação dos canais de diálogo bem como dos compromissos outrora assumidos na seara da comunhão de interesses da América Latina.

O quadro institucional e diplomático brasileiro na atual conjuntura revela uma situação bastante inusitada frente ao posicionamento do governo em relação aos dilemas internacionais, tanto no que diz respeito ao combate à pandemia da COVID-19, como no que tange aos conflitos internos nos países e nos conflitos internacionais.

Ainda que nos tempos de Guerra Fria, os governos autoritários, sobretudo, tenham tido uma posição pró Norte-Americana, observa-se que a tradição diplomática brasileira sempre se atentou pelo princípio de não produzir julgamentos acerca, por exemplo, do resultado dos pleitos eleitorais no interior dos países como foram os recentes processos de eleições presidenciais na Argentina e nos EUA, assim como sempre se ateu no reconhecimento dos princípios clássicos da diplomacia, independente de o corpo

⁸<https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores?id=317> consulta 21/04/21

diplomático em um determinado contexto histórico tendesse a uma visão mais ou menos conservadora ou progressista.

A ascensão do Ministro Ernesto Araújo na condição de representante maior das Relações Exteriores representou algo bastante anacrônico frente à tradição diplomática brasileira favorável ao campo da negociação entre partes em litígio e jamais como um agente promotor de conflito e movido com um espírito contrário à negociação.

O que observamos na recente conjuntura é justamente uma diplomacia propulsora e agente de conflito como são os contínuos ataques ao governo chinês⁹, do mesmo modo em relação aos dilemas de Israel com o conjunto dos países árabes e do povo palestino.

Tais situações citadas acima – favoráveis à reeleição de Donald Trump e do Mauricio Macri, acusações contra o governo chinês e a postura pró Israel – revelam um *modus operandi* que não corresponde historicamente ao papel do Brasil frente ao cenário internacional.

A Pretensão da agenda do MRE era sepultar definitivamente a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e redefinir o Mercado Comum do Sul (Mercosul) com a eliminação da união aduaneira e ampliá-lo para transformá-lo no Prosul, baseado no livre-comércio unilateral e no bloqueio das relações comerciais e financeiras com países identificados como ameaça ideológica.

O então Ministro das Relações Exteriores (2019 a 2021), Araujo¹⁰, como defensor dos valores ocidentais, demonstra entusiasmo nas hipóteses: de participação do Brasil em casual intervenção da Venezuela para libertação ferindo o art 4º, inc, IV da CF; a instalação de uma base militar dos Estados Unidos em solo nacional, a saída do Brasil do Acordo de Paris, retirada do país do Pacto Global de Migrações da ONU, e o fim do acordo para receber os médicos cubanos em suas comunidades carentes. As declarações do MRE despreza o comércio com a China ao afirmar que o Brasil não venderia sua alma para exportar minério de ferro e soja repercutiu mal no agronegócio.

O posicionamento do Itamaraty sobre as queimadas na Amazônia (2019), aponta razões políticas e econômicas para as críticas à política ambiental em curso no país.

⁹ Conforme edição em 19/01/2021 do Observatório Chinês: <http://www.observatoriodachina.org/> “O Brasil corre o risco de colher negativamente, agora, o resultado dos ataques ao governo chinês feitos ao longo dos últimos dois anos pelo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e enfrentar dificuldades na importação de insumos para a produção de vacinas no Brasil, tanto pela Fiocruz como pelo Instituto Butantan.” (Observatório Chinês - Associação para a Investigação Multidisciplinar de Estudos Chineses, criada em 2006, Lisboa - Portugal).

¹⁰ <https://www.nsctotal.com.br/noticias/ernesto-araujo-pede-demissao-do-cargo-de-ministro-das-relacoes-exteriores>
Obs: O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, após trágica gestão e pressões pediu demissão em 29/03/21

Afirmou que "várias iniciativas do governo, como a Operação Verde Brasil, aumentaram o nível de combate a queimadas e a crimes ambientais no Brasil". Desde a posse do Presidente a política ambiental do Brasil mudou e a Amazônia não vem sendo tratada como o maior bioma do mundo, abrangendo nove países (Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana Francesa e Suriname). A Presidência passou a defender mineração em terras indígenas, redução de multas ambientais e a expansão das atividades econômicas na maior floresta do mundo. O que se depreende é a Política externa está fortemente concentrada nas mãos da Presidência da República. É considerado também um padrão de comportamento dessa gestão, a utilização das redes sociais para difundir mensagens explosivas, controversas e até desrespeitosas, de toada despropositada no meio diplomático, de certo modo estratégico para desviar a atenção ou de turgescer a ala ideológica.

Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, conduziu o país a um total isolamento, atacando esforços de cooperação internacional multilateral de enfrentamento à pandemia e prejudicando relações bilaterais fundamentais para a compra e produção de vacinas.

Na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a campanha contra o multilateralismo de também se manifesta. Em abril de 2020, o Brasil foi um dos poucos países que não participaram Ação global para acelerar rapidamente o desenvolvimento, a produção e o acesso a remédios, vacinas e equipamentos médicos frente ao novo coronavírus. Ratificada por 179 países.

Desde que o Chanceler Araújo assumiu o Ministério das Relações Exteriores a relação com a China, segue em permanente desgaste, em razão do alinhamento automático com os EUA de Trump que vem criando atritos na relação com o maior parceiro comercial do Brasil. Em março de 2020, o Ministro protagonizou uma discussão pública com o embaixador chinês por defender o Deputado Eduardo Bolsonaro, que apontou a China como culpada pela pandemia de Covid-19. A total falta de decoro como Chanceler somou-se a sua instagnação.

Na tutelada relação bilateral com os EUA, a postura de Araújo do Ministro das Relações Exteriores, e de total subserviência a Donald Trump é observada. Além do endosso inédito do governo brasileiro à reeleição do ex-presidente estadunidense, o país

foi um dos últimos a reconhecer a vitória de Joe Biden, depois de 38 dias da realização do pleito¹¹.

O desastre diplomático do Chanceler Araujo, foi aprofundado quando aventou que houve fraude no processo eleitoral e quando atenuou as críticas à invasão do Capitólio por apoiadores de Trump.

O art. 4º, incisos II e IX da Constituição da República, norteou as relações do Brasil com outros países, como se depreende rumo à cooperação internacional e de proteção dos direitos humanos. A postura bélica defendida pelo Chanceler Ernesto Araújo em diversos compromissos não encontra acolhida ou sentido lógico, diante de um cenário de grave pandemia que o mundo vivencia. Considerando tratar-se de uma sociedade globalizada seus problemas, suas querelas são também globalizados, daí a necessidade de uma postura diplomática e apoio recíproco.

As referências dos casos mencionados diante da postura ideológica do Chanceler, resultou no isolamento do país em um momento crítico da história nacional e mundial. Diversas vidas sendo ceifadas pelo Covid-19, enquanto os princípios constitucionais são desprezados pela representação diplomática.

A conduta do agente administrativo deve ser pautada segundo o princípio da moralidade, intrinsecamente ligado a ética e a moral, o Chanceler Araujo incorreu em flagrante violação ao art. 37 da CRFB, aplicando-se ainda aos Ministros de Estado, a Lei dos Crimes de Responsabilidade, Lei nº1079/50, art. 2º.

A representação maior do governo atual, portanto, se posiciona de um modo não civilizatório e muito longe do que representou a diplomacia brasileira ao longo da história.

CONCLUSÃO

Por tudo o que foi apresentado neste parecer, fica demonstrado que essas condutas, anticonstitucionais, protagonizadas, dirigidas, coordenadas ou induzidas pessoalmente pelo Presidente da República e Ministro das Relações Exteriores, consubstanciam

¹¹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-12/bolsonaro-reconhece-joe-biden-como-presidente-eleito-dos-eua>

posturas delituosas e à luz da definição legal são ilícitos penais de responsabilidade, passíveis à instauração, processamento e condenação.

Caso este parecer venha a ser aprovado pelo Plenário do IAB, requer seja encaminhado para as autoridades competentes, em especial, às Presidências da República, das Casas do Congresso Nacional, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e ao Ministério das Relações Exteriores, para fins de manifestar o seu posicionamento em relação ao citado tema, de relevância para o Estado brasileiro, a Integração Regional através da convivência com os países vizinhos e a sociedade.

Rio de Janeiro, 14 maio de 2021.

Elian Araujo

Membro da Comissão de Direito Constitucional